



Pessoas com deficiência 2022



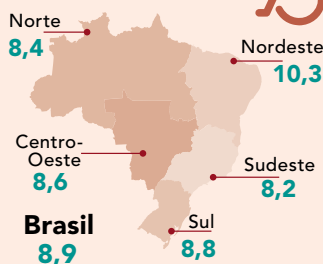
ISBN 978-85-240-4573-8
© IBGE, 2023

O IBGE tem como missão institucional retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania e, desempenha, dentre várias das suas funções, a produção e análise de informações estatísticas. Assim, alinhado à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, cujo lema é “não deixar ninguém para trás”, promove análises que contribuem para a visibilidade das situações de vida, para as desigualdades e para determinadas particularidades dentre os vários grupos po-

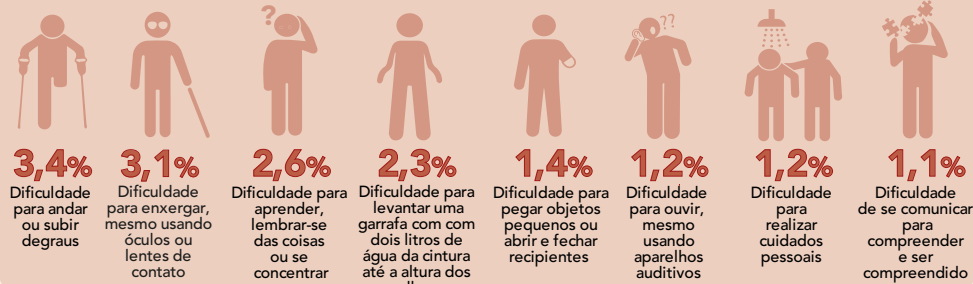
pulacionais, como as pessoas com deficiência. Outrossim, o IBGE também se alinha à Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 13 de dezembro de 2006 e assinada pelo Brasil em 30 de março de 2007, cujo Art. 31 afirma a necessidade de informações confiáveis que possam permitir a elaboração de políticas e o monitoramento dos fatores de melhoria das condições de vida desse grupo.

Existência de deficiência

Pessoas de 2 anos ou mais de idade com deficiência (%)



Pessoas de 2 anos ou mais de idade com deficiência, segundo os tipos de dificuldades funcionais



Educação

Taxa ajustada de frequência escolar líquida, por existência de deficiência, segundo a faixa etária ideal por curso frequentado (%) (1)

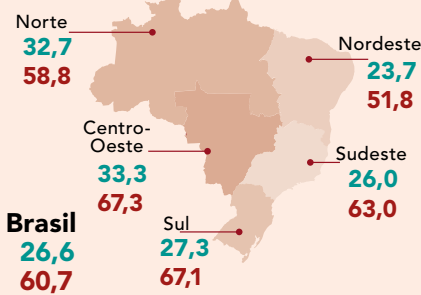
6 a 14 anos no ensino fundamental	89,3	93,9
11 a 14 anos nos anos finais do ensino fundamental	71,3	86,1
15 a 17 anos no ensino médio	54,4	70,3
18 a 24 no ensino superior	14,3	25,5

■ Pessoa com deficiência ■ Pessoa sem deficiência

(1) Pessoas de 6 a 24 anos de idade.

Trabalho

Nível de ocupação, por existência de deficiência (%) (2)

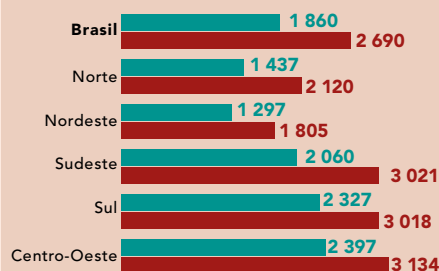


■ Pessoa com deficiência ■ Pessoa sem deficiência

(2) Pessoas 14 anos ou mais de idade.

Rendimento

Rendimento médio real do trabalho principal, por existência de deficiência (R\$) (3)



■ Pessoa com deficiência ■ Pessoa sem deficiência

(3) Rendimento habitualmente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Nessa direção, foi incluso este novo módulo específico do citado tema no terceiro trimestre de 2022, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua¹, com o propósito de mostrar as características sociodemográficas e econômicas das pessoas com deficiência no Brasil. Este módulo foi implementado em um acordo com a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Embora seja a primeira vez do tema na PNAD Contínua, o levantamento de informações oficiais no País já ocorre com alguma frequência no IBGE. Desde o primeiro Censo Demográfico do Brasil, em 1940², o tema foi abarcado e retornou no Censo Demográfico 1991, após determinação legal, devido à Lei n. 7.853, de 24.10.1989, que estabelece a obrigatoriedade de incluir questões concernentes às pessoas com deficiência a partir de então. Antes da existência do IBGE, o tema deficiência já era investigado desde o Recenseamento Geral do Império do Brasil, primeira operação censitária realizada no País, em 1872 e nos anos seguintes: 1890, 1900 e 1920. Além disso, o tema fez parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 1981, 1998, 2003 e 2008, assim como da Pesquisa Nacional de Saúde - PNS 2013 e 2019, sendo essa em parceria com o Ministério da Saúde.

Ainda que tenha relativo histórico de levantamento de dados no IBGE, as metodologias das pesquisas e as abordagens conceituais do que se entende por deficiência têm passado por constantes mudanças, o que interfere de certa forma, na comparabilidade entre si, uma vez que os questionários passam por essas alterações. A identificação das pessoas com deficiência é dinâmica e acompanha a evolução, a reformulação e a adaptação de modelos para o entendimento da deficiência, o que se soma às recomendações internacionais, sugeridas pelo Grupo de Washington para Estatísticas sobre Pessoas com Deficiência (Washington Group on Disability Statistics - WG)³, que permite a comparabilidade internacional por meio de uma metodologia instrumental e conceitual a partir da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF (International Classification of Functioning, Disability and Health - ICF). Além da CIF, o IBGE procura alinhar à metodologia a captação dos dados sobre deficiência em consonância ao que se define na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e

na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei n. 13.146, de 06.07.2015).

De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, conduzida pelas Nações Unidas (United Nations), a atual definição de deficiência diz, que “pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”⁴. Trata-se de um enfoque voltado para a integração social e para as dificuldades que as pessoas com limitações funcionais, agravadas pelo meio social no qual vivem em decorrência de barreiras comunicacionais, físicas, normativas ou atitudinais, sem associá-las, exclusivamente, à sua saúde e/ou a uma doença que requerer atendimento médico e/ou reabilitação.

Para efeito deste módulo Pessoas com Deficiência da PNAD Contínua, foram utilizados instrumentos desenvolvidos pelo WG, como base para construção do questionário, no qual as perguntas aplicadas a todas as pessoas de 2 anos ou mais de idade, envolvem dificuldades em domínios funcionais como enxergar, ouvir, andar, funcionamento dos membros superiores, cognição, autocuidado e comunicação. Todas as perguntas do questionário deste módulo possuem as mesmas quatro categorias de respostas, que variam com o grau de dificuldade que o morador declara ter ao realizar determinada atividade usando uma de suas funções. As possibilidades são: (1) tem, não consegue de modo algum, (2) tem muita dificuldade, (3) tem alguma dificuldade e (4) não tem dificuldade. A identificação das pessoas com deficiência é estabelecida por aquelas que responderam ter muita dificuldade ou não conseguir de modo algum⁵ realizar as atividades perguntadas em ao menos um dos quesitos investigados. São essas pessoas que, segundo as recomendações, estão em maior risco de exclusão da participação em sociedade. Embora tenha sido considerada pessoa com deficiência aquela que respondeu ter ao menos muita dificuldade em realizar uma de suas funções, há uma significativa parcela da população que tem alguma dificuldade e também possui necessidades específicas no que se refere ao acesso a aparelhos, órteses ou próteses, terapias e reabilitação, assim como algumas adaptações no meio educacional.

¹ Por decisão editorial, a publicação é divulgada em duas partes. A primeira parte corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados da pesquisa, e é disponibilizado tanto em meio impresso como em meio digital (formato PDF) no portal do IBGE na Internet. A segunda é constituída pelo documento de Notas técnicas, que traz considerações de natureza metodológica sobre o levantamento e é veiculada apenas em meio digital (formato PDF) no portal do IBGE na Internet, no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>.

² O primeiro recenseamento geral realizado do Brasil, ainda no Império, ocorreu em 1872, sob o comando da então Directoria-Geral de Estatística, primeiro órgão oficial de Estatística criado no País.

³ O Grupo de Washington para Estatísticas sobre Pessoas com Deficiência foi formado em 2001, por iniciativa da Comissão de Estatística das Nações Unidas para padronizar e harmonizar definições, conceitos e metodologias, com o propósito de orientar a coleta de estatísticas confiáveis e úteis sobre deficiência, de modo a garantir a comparabilidade internacional entre os mais diferentes países. Dele participam representantes de órgãos oficiais de estatística, inclusive o IBGE, organismos internacionais, associações e a Academia.

⁴ Para mais informações, consultar: BRASIL. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF: ano 146, n. 163, p. 3-9, 26 ago. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: jun. 2023.

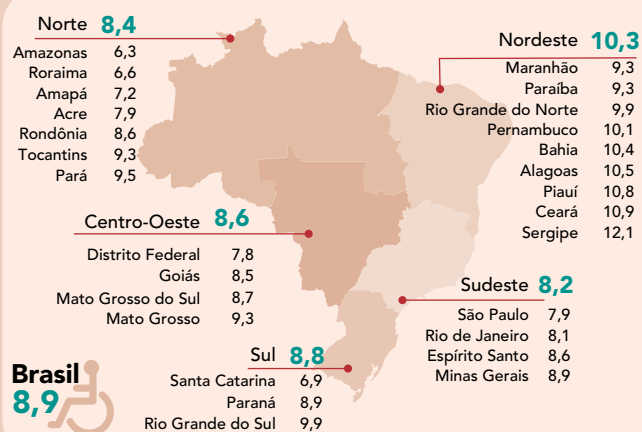
⁵ Para informações mais detalhadas, consultar: WASHINGTON GROUP ON DISABILITY STATISTICS. *Como criar indicadores de severidade de deficiências usando o conjunto resumido de perguntas sobre funcionalidade do Grupo de Washington (WG-SS)*. Hyattsville: National Center for Health Statistics - NCHS, 2021. 25 p. Disponível em: https://www.washingtongroup-disability.com/fileadmin/uploads/wg/WG_Document__SE_-_Analytic_Guidelines_for_the_WG-SS__Severity_Indicators__Portuguese_Brazil.pdf. Acesso em: jun. 2023.

Análises sociodemográficas

Segundo a PNAD Contínua 2022, a população com deficiência no Brasil foi estimada em 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais de idade, o que corresponde a 8,9% da população dessa faixa etária. Deste total, o perfil era mais feminino (10,0%) do que masculino (7,7%). Relativamente à cor ou raça, houve maior incidência das pessoas que se autorreconheceram como da cor preta (9,5%), contra 8,9% pardas e 8,7% brancas.

Houve variações em termos de domínios geográficos para essa prevalência: a Nordeste, com 5,8 milhões de pessoas com deficiência, foi a Região que teve o maior percentual, com 10,3% da população – valor acima da média nacional, assim como em todas as Unidades da Federação que a compõem, sendo a mais alta em Sergipe (12,1%). As demais Grandes Regiões tiveram percentuais próximos entre si: Sudeste (8,2%), Norte (8,4%), Centro-Oeste (8,6%) e Sul (8,8%). Já entre as Unidades da Federação, o menor percentual de pessoas com deficiência foi no Amazonas, com 6,3% da população.

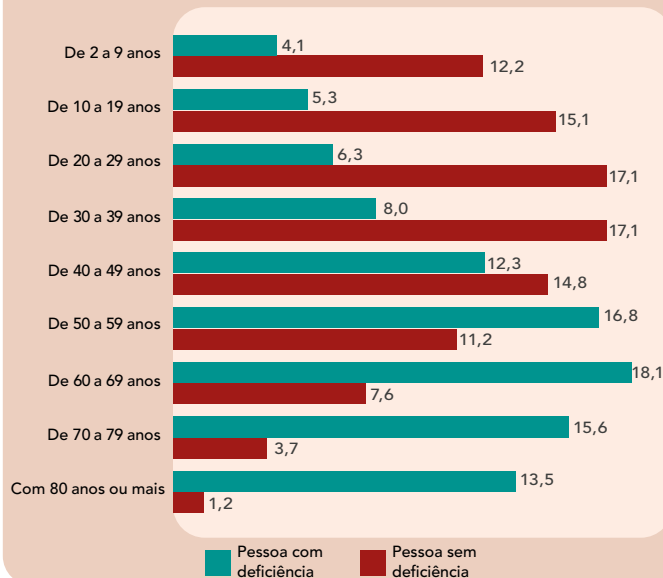
Pessoas de 2 anos ou mais de idade com deficiência, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Ao considerar a distribuição etária da população com deficiência, nota-se, com o avançar da idade, o aumento do percentual, uma vez que está associada às perdas de funcionalidades do corpo com o envelhecimento. No Brasil, em 2022, havia 47,2% de pessoas de 60 anos ou mais de idade dentre as pessoas com deficiência, sendo que para as pessoas sem deficiência, neste mesmo grupo etário, o percentual foi de 12,5%. Esse padrão se repete em todas as Grandes Regiões, sendo que as Regiões Sul e Sudeste apresentaram, em sua distribuição etária, maiores percentuais de idosos (60 anos ou mais de idade) com deficiência ultrapassando 50% da população. São tipicamente Regiões que já têm apresentado um processo de envelhecimento populacional acima da média nacional (47,2%).

Distribuição das pessoas de 2 anos ou mais de idade, por grupos de idade, segundo a existência de deficiência (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

É importante também acompanhar como se dá a prevalência em grupos mais novos, fazendo-se necessário entender como acomodá-los no sistema educacional, além de contribuir para o entendimento de políticas neonatais. Em 2022, no Brasil, estimou-se que 3,2% das crianças de 2 a 9 anos de idade tinham deficiência. A Região Nordeste apresentou o maior percentual para esse grupo etário (3,6%), em seguida as Regiões Sudeste (3,2%), Norte e Sul (ambas com 2,8%) e Centro-Oeste (2,7%).

A pesquisa mostrou que 12,0% das pessoas de 2 anos ou mais de idade responsáveis pelo domicílio eram pessoas com deficiência, cerca de 9 milhões de pessoas, ou seja, quase metade das pessoas com deficiência. Já entre os cônjuges/companheiros eram 9,1%, entre os filhos 4,2% e o restante (11,9%) em outras possibilidades de condição no domicílio.

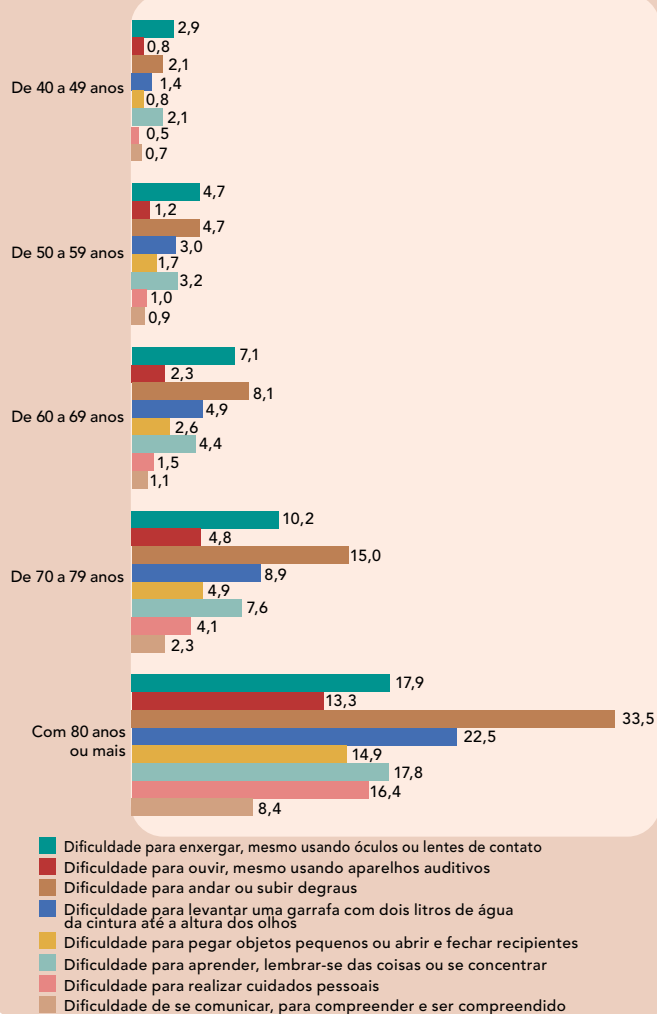
Tipos de dificuldades funcionais

No questionário deste módulo da PNAD Contínua, Pessoas com Deficiência, foram definidos oito tipos de atividades para identificar as pessoas de 2 anos ou mais de idade com dificuldades em realizá-las. Dentre as pessoas com deficiência, ou seja, aquelas que responderam: “tem muita dificuldade” ou “tem, não consegue de modo algum”, para a realização de ao menos uma das atividades descritas nos quesitos investigados, 3,4% dessa população disseram ter dificuldades para andar ou subir degraus; 3,1% dessa população disseram ter dificuldade para enxergar, mesmo usando óculos ou lentes de contato; 1,2% dificuldade para ouvir, mesmo usando aparelhos auditivos; 2,3% alegaram ter dificuldade para levantar uma garrafa com dois litros de água da cintura até a altura dos olhos; 1,4% tinha dificulda-

de para pegar objetos pequenos ou abrir e fechar recipientes; 2,6%, dificuldade para aprender, lembrar-se das coisas ou se concentrar; 1,2% tinha dificuldade para realizar cuidados pessoais (tomar banho, se calçar, se pentear, escovar os dentes ou se vestir) e 1,1%, dificuldade de se comunicar, para compreender e ser compreendido.

A partir das declarações dos moradores, foi possível também estimar se possuíam mais de uma dificuldade para realizar as atividades ou de ser impossível realizá-las. Do total da população residente no Brasil, de 2 anos ou mais de idade, 5,5% correspondiam a pessoas com deficiência em apenas uma das suas funções e 3,4% em duas ou mais funções. Do total de pessoas com deficiência, houve maior incidência de deficiências múltiplas entre as mulheres (40,6%) em comparação aos homens (35,8%).

Pessoas de 40 anos ou mais de idade com deficiência, por tipos de dificuldades funcionais, segundo os grupos de idade (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Os diversos tipos de atividades nas quais tinham dificuldades também variaram de intensidade conforme o grupo etário. Na infância, entre as crianças de 2 a 9 anos de idade, nota-se que as maio-

res dificuldades estavam em se comunicar, para compreender e ser compreendido (1,3%), assim como para aprender, lembrar-se das coisas ou se concentrar (1,2%). Além disso, é por volta dos 40 anos de idade que as dificuldades para enxergar e andar se tornaram mais evidentes, sendo que aos 50 anos de idade também aumentou o percentual de pessoas com deficiência nos seus diversos tipos de dificuldades. No que se refere aos cuidados pessoais, a prevalência acentua-se consideravelmente a partir os 70 anos de idade.

Educação

A Agenda 2030 traz referências específicas quanto às pessoas com deficiência para que assegure a educação inclusiva e sua oportunidade de aprendizagem; o acesso ao emprego, com produtividade e igual remuneração; o seu papel e empoderamento em uma cidade inclusiva; o acesso a transportes públicos seguros e acessíveis; o acesso universal a espaços públicos e a disponibilidade de dados confiáveis.

A educação é um dos direitos⁶ da pessoa com deficiência que deve ser assegurado em todos os níveis do sistema educacional, potencializando as suas habilidades, quaisquer que sejam as suas limitações, dentro de um espaço educacional inclusivo e acessível. Assim, no cumprimento para subsidiar dados dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, parte dos dados devem ser desagregados por condição de deficiência.

O analfabetismo no Brasil para a pessoas de 15 anos ou mais de idade ainda persiste. Em 2022, a taxa de analfabetismo foi de 5,7%. Porém, o indicador aumentou quando se restringe às pessoas com deficiência, com uma taxa de 19,5% contra 4,1% daquelas sem deficiência. Observou-se que a taxa de analfabetismo cresceu com a idade, refletindo a maior escolarização das gerações mais jovens. Entre as Grandes Regiões, verificou-se que a taxa de analfabetismo retrata as desigualdades regionais. A Região Nordeste apresenta um histórico de maior taxa de analfabetismo no País, independentemente da condição de deficiência. A taxa foi de 31,2% entre as pessoas com deficiência e nas demais Regiões foi de 21,4% (Norte), 15,5% (Centro-Oeste), 13,1% (Sudeste) e 12,7% (Sul). Parte dessas diferenças na taxa de analfabetismo se deu por questões demográficas como o envelhecimento da população, assim como por questões econômicas.

Dado o panorama da taxa de analfabetismo, em termos de nível de instrução, as pessoas de 25 anos ou mais de idade com deficiência apresentaram maiores percentuais para os grupos que não completaram a educação básica: 63,3% eram sem instrução ou com o fundamental incompleto; e 11,1% tinham o fundamental completo ou médio incompleto. Sendo que os percentuais foram, respectivamente, 29,9% e 12,8% entre as pessoas sem deficiência.

⁶ Para informações mais detalhadas, consultar o Capítulo IV em: BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: jun. 2023.

Taxa de analfabetismo, por existência de deficiência, segundo as Grandes Regiões e os grupos de idade (%)



Região	Idade	Pessoa com deficiência (%)	Pessoa sem deficiência (%)
Brasil	15 anos ou mais	19,5	4,1
	25 anos ou mais	20,0	5,0
	40 anos ou mais	21,3	7,6
	60 anos ou mais	25,1	12,6
Norte	15 anos ou mais	21,4	4,7
	25 anos ou mais	22,3	6,1
	40 anos ou mais	24,1	9,7
	60 anos ou mais	30,1	19,7
Nordeste	15 anos ou mais	31,2	9,2
	25 anos ou mais	32,5	11,6
	40 anos ou mais	35,0	17,7
	60 anos ou mais	41,8	27,7
Sudeste	15 anos ou mais	13,1	1,9
	25 anos ou mais	13,2	2,3
	40 anos ou mais	13,6	3,5
	60 anos ou mais	16,1	6,5
Sul	15 anos ou mais	12,7	1,8
	25 anos ou mais	12,8	2,2
	40 anos ou mais	13,5	3,4
	60 anos ou mais	16,4	6,6
Centro-Oeste	15 anos ou mais	15,5	2,7
	25 anos ou mais	16,1	3,4
	40 anos ou mais	17,5	5,5
	60 anos ou mais	22,5	11,5

■ Pessoa com deficiência ■ Pessoa sem deficiência

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

No Brasil, o percentual de pessoas desse grupo etário (25 anos ou mais de idade) que concluíram a educação básica obrigatória, que consiste em concluir no mínimo o ensino médio, foi de 25,6% para as pessoas com deficiência e, 57,3% para as pessoas sem deficiência. Do total de pessoas do grupo etário de 25 anos ou mais de idade, as parcelas que correspondem a ter o nível superior foram 7,0% para as pessoas com deficiência e 20,9% para as pessoas sem deficiência. Essas diferenças, quanto à conclusão da etapa obrigatória, também foram percebidas entre sexos e cor ou raça quanto à existência ou não da condição de deficiência. Em 2022, 26,5% das mulheres com deficiência possuíam o ciclo básico educacional concluído, sendo que as pessoas com deficiência brancas concluíram em maior percentual do que as pessoas com deficiência pretas e pardas. Em especial, o ODS 4.5 sugere que até 2030 sejam eliminadas as disparidades na educação, permitindo que se assegure a todos os níveis de instrução, além da formação profissional para as pessoas vulneráveis, como as pessoas com deficiência.

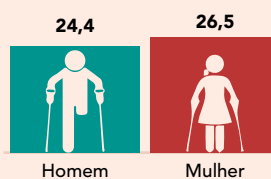
Em 2022, havia, aproximadamente, 1,7 milhão de pessoas de 6 anos ou mais de idade com deficiência frequentando a escola nos mais diversos níveis de ensino. Destes, a rede pública de ensino atendeu a maioria delas, sendo responsável por 78,8% dos alunos, frente 21,2% na rede privada.

As taxas de frequência escolar bruta (ou taxa de escolarização) e líquida ajustada, indicadores que medem o acesso à escola e a adequação idade-etapa do aluno no sistema de ensino no Brasil, indicaram desigualdade entre as pessoas com e sem deficiência. Segundo a PNAD Contínua, observaram-se diferenças quanto a taxa de escolarização entre as pessoas com e sem deficiência. Em relação ao grupo de 6 a 14 anos de idade, cuja meta do Plano Nacional de Educação - PNE obriga a garantia do acesso universal ao ensino, 95,1% das crianças com deficiência frequentavam a escola, contra 99,4% entre as sem deficiência. Em todas as Grandes Regiões, a taxa de escolarização foi relativamente alta sendo que, entre os alunos com deficiência, a Região Centro-Oeste se destacou (97,5%), enquanto a Região Norte (91,2%) foi a única abaixo da média nacional. Já a taxa de escolarização no Brasil entre os alunos de 15 a 17 anos de idade, para os que tinham deficiência, correspondeu a 84,6%, frente a 93,0% entre os sem deficiência. E, para o grupo de 18 a 24 anos de idade, a taxa foi de 24,3% e 31,8% para as pessoas com e sem deficiência, respectivamente.

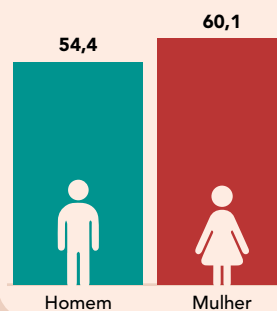
Pessoas de 25 anos ou mais de idade que completaram a educação básica obrigatória, por condição de deficiência, segundo o sexo e a cor ou raça (%)

Sexo

Pessoa com deficiência

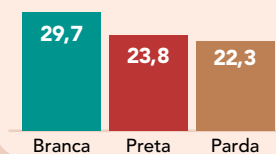


Pessoa sem deficiência

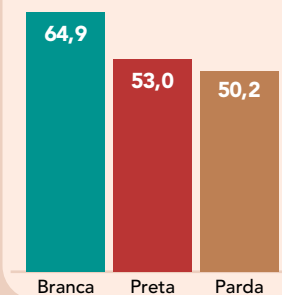


Cor ou raça

Pessoa com deficiência



Pessoa sem deficiência



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Taxa de escolarização, por existência de deficiência, sexo e cor ou raça, segundo os grupos de idade (%)

Grupos de idade	Taxa de escolarização (%)														
	Total					Pessoa com deficiência					Pessoa sem deficiência				
	Total	Sexo		Cor ou raça		Total	Sexo		Cor ou raça		Total	Sexo		Cor ou raça	
		Homem	Mulher	Branca	Preta ou parda		Homem	Mulher	Branca	Preta ou parda		Homem	Mulher	Branca	Preta ou parda
Total	25,0	25,2	24,8	24,5	25,4	9,1	11,4	7,4	8,8	9,4	26,6	26,4	26,8	26,1	27,1
6 a 14 anos	99,2	99,1	99,4	99,4	99,1	95,1	94,9	95,5	95,0	95,2	99,4	99,3	99,5	99,6	99,3
15 a 17 anos	92,7	92,5	92,9	94,4	91,7	84,6	83,8	85,4	86,4	83,7	93,0	92,8	93,1	94,6	92,0
18 a 24 anos	31,5	29,2	33,9	37,8	27,4	24,3	23,6	25,0	28,5	22,1	31,8	29,4	34,2	38,1	27,5
25 anos ou mais	5,4	4,7	6,0	5,8	5,0	2,3	2,1	2,4	2,2	2,3	5,8	5,0	6,5	6,2	5,4

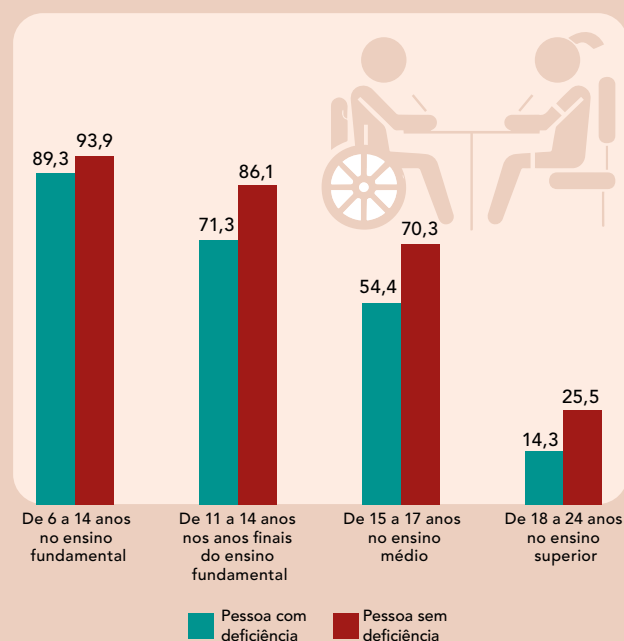
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.
Nota: Pessoas de 6 anos ou mais de idade.

Independentemente do grupo etário das pessoas com deficiência, não houve diferenças marcantes entre homens e mulheres. Já quanto a cor ou raça, as pessoas com deficiência brancas, do grupo de 15 a 17 anos de idade e, também de 18 a 24 anos de idade, estiveram mais presentes na escola se comparado às pessoas com deficiência de cor preta ou parda. A diferença, em pontos percentuais (p.p.), foram de 2,7 p.p. e 6,4 p.p., respectivamente. Entre as crianças com deficiência de 6 a 14 anos, a taxa de escolarização das que eram da cor branca (95,0%) foi próxima às das crianças da cor preta ou parda (95,2%).

A taxa de frequência líquida ajustada revelou maior desigualdade quando se acrescenta o enfoque do atraso escolar. Para o grupo 6 a 14 anos de idade com deficiência, 89,3% dessas crianças frequentavam a etapa idealmente estabelecida para essa faixa etária, ou seja, estavam matriculadas no ensino fundamental, contra 93,9% entre os sem deficiência. Essa diferença foi mais percebida nas etapas finais do ensino fundamental para o grupo de 11 a 14 anos de idade: 71,3% (com deficiência) contra 86,1% (sem deficiência). Além disso, apenas um pouco mais da metade (54,4%) das pessoas de 15 a 17 anos de idade com deficiência frequentavam o ensino médio frente 70,3% das sem deficiência. Ambos os percentuais ainda encontram-se abaixo da meta de universalização estabelecida pelo PNE, indicando a evasão de muitos jovens do ensino médio somado aos atrasos escolares advindos do ensino fundamental. Por fim, uma pequena parcela de 14,3% daqueles com 18 a 24 anos de idade frequentavam o ensino superior.

As disparidades educacionais são um dos fatores que repercutem na inserção laboral das pessoas com deficiência em comparação aos que não são. Assim, políticas de intervenção servem ao propósito de contribuir para minimizar essas disparidades, promovendo sua participação com igualdade de oportunidades na sociedade que se vive.

Taxa ajustada de frequência escolar líquida, por existência de deficiência, segundo os grupos de idade e nível de instrução (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.
Nota: Pessoas de 6 a 24 anos de idade.

Mercado de trabalho

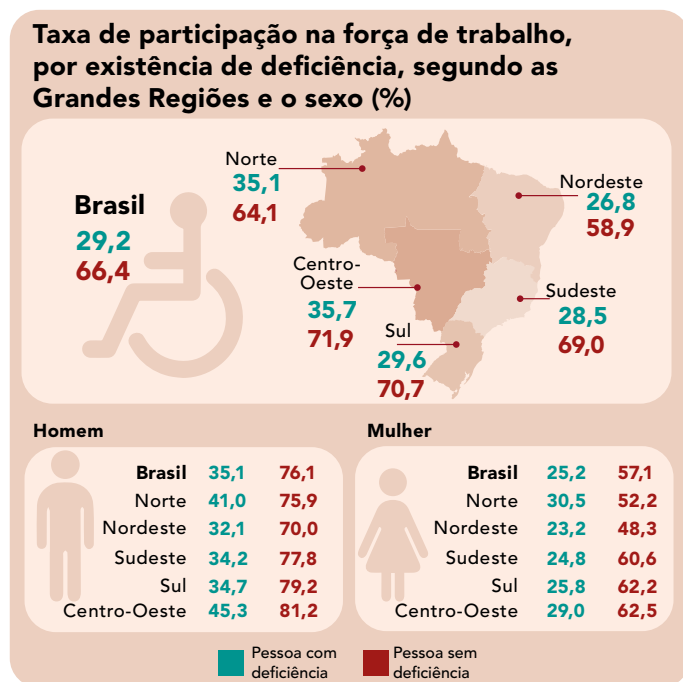
Nesta sessão será apresentado o perfil das pessoas com deficiência a partir das análises dos principais indicadores do mercado de trabalho. Assim, as análises se basearam na população em idade de trabalhar, ocupações, desocupações, rendimento e informalidades.

Condição em relação à força de trabalho

Em 2022, o total de pessoas com deficiência com idade de trabalhar era de 17,5 milhões, o equivalente a cerca de 10% do total da população com 14 anos ou mais de idade, sendo que 10,3 milhões eram

mulheres e 7,2 milhões, homens. Porém, as pessoas com deficiência que estavam de fato na força de trabalho representaram 5,1 milhões sendo 2,5 milhões de homens e 2,6 milhões de mulheres, enquanto um pouco mais de 12 milhões de pessoas com deficiência estavam fora da força de trabalho no Brasil, sendo que 4,6 milhões eram homens e 7,7 milhões, mulheres.

Observa-se que a taxa de participação da força de trabalho no Brasil foi de 62,7%. Entretanto, essa taxa entre as pessoas com deficiência, cai significativamente, para 29,2%. A existência de deficiência pode ser um fator que se sobrepõe a desigualdade entre os sexos. Embora os homens tenham historicamente taxa de participação maior que das mulheres, quando se considera homens com deficiência, a taxa (35,1%) foi inferior à das mulheres sem deficiência (57,1%). Contudo, dentre as pessoas com deficiência a diferença na participação, segundo o sexo também ocorre, porém em dimensões menores. A diferença entre a taxa de participação da força de trabalho entre homens e mulheres sem deficiência foi de 19,0 p.p. e, entre homens e mulheres com deficiência, 9,9 p.p.



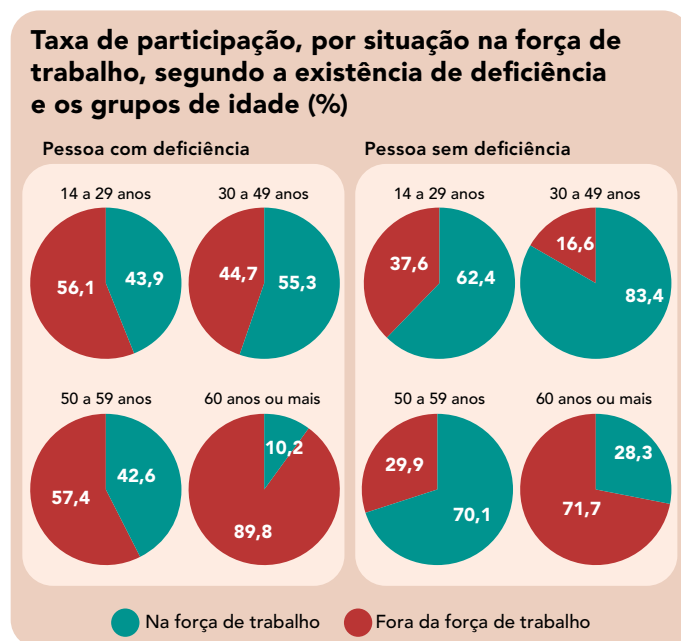
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.
Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Entre as Grandes Regiões, a Centro-Oeste registrou o maior percentual de pessoas com deficiência na força de trabalho, 35,7%, seguida da Região Norte, 35,1%. As Regiões Sul e Sudeste tiveram taxas de 29,6% e 28,5%, respectivamente. A Região Nordeste apresentou o menor percentual, 26,8%.

Comparando as participações da força de trabalho entre homens com e sem deficiência, as Regiões Sul (-44,5 p.p.) e Sudeste (-43,6 p.p.) apresentaram maiores disparidades. Em relação às mulheres, estas distinções foram em patamares um pouco menores, mas ainda assim significativos, sendo a diferença de -36,4 p.p. na Região Sul e -35,8 p.p. na Região Sudeste.

Seguindo a mesma análise da força de trabalho, porém em relação a cor ou raça, estimou-se que, no Brasil, as taxas de participação das pessoas com deficiência pretas e pardas foram de 34,6% e 30,4%, respectivamente, enquanto as pessoas com deficiência brancas registraram 26,4%. Avaliando para as pessoas sem deficiência, essa taxa foi de 65,0% (pardas), 67,1% (brancas) e 69,6% (pretas). Embora as pessoas com deficiência pretas tivessem a taxa de participação mais alta em relação aos demais, em termos de distribuição este grupo correspondeu a minoria na população com deficiência na força de trabalho, com apenas 11,6% deste grupo.

A análise por grupos de idade, permite entender melhor o fenômeno da participação no mercado de trabalho minimizando o viés da idade, dada a influência dela sobre a força de trabalho uma vez que a maioria das pessoas com deficiência são formadas por idosos. A faixa etária das pessoas com deficiência com a maior taxa de participação da força de trabalho (55,3%) ocorreu entre as pessoas de 30 a 49 anos (44,7%). As pessoas de 14 a 29 anos registraram taxa de 43,9%, enquanto o grupo de 50 a 59 anos alcançou cerca de 43%, já os idosos (60 anos ou mais de idade), apenas 10,2%. Ao comparar com as pessoas sem deficiência, observou-se que, para todos os grupos etários, a sua participação na força de trabalho foi maior que as pessoas com deficiência.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.
Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade.

O nível de instrução é um grande diferencial para a inserção das pessoas no mercado de trabalho, logo é de se esperar que quanto maior o nível instrucional, maior a participação destas pessoas na força de trabalho. De fato, isto é observado para a população em geral tanto para Brasil, quanto para as Grandes Regiões. Entretanto, ao fazer o recorte por existência de deficiência, percebe-se que para a população com deficiência, ter alto nível de instrução, como nível superior, por exemplo, não é quesito suficiente para reduzir a

discrepância de participação em relação às pessoas sem deficiência. No Brasil, 62,7% das pessoas estavam na força de trabalho, entretanto, entre as pessoas com deficiência em idade de trabalhar, 29,2% estavam na força de trabalho, enquanto entre as pessoas sem deficiência esta taxa foi de 66,4%.

Em relação as pessoas na força de trabalho sem instrução e com ensino fundamental incompleto, 18,9% das pessoas com deficiência estavam na força de trabalho, 29,1 p.p. abaixo do obtido para as pessoas sem deficiência. Ao analisar para o extremo oposto, as pessoas com nível superior, a dimensão da diferença

de participação das pessoas com e sem deficiência também foi em torno de 29 p.p., mas com proporções maiores, sendo 54,7% para pessoas com deficiência e 84,2% para as sem deficiência. As Regiões Sudeste e Sul apresentaram as maiores diferenças entre as pessoas com e sem deficiência com nível superior, 32,8 p.p e 30,7 p.p., respectivamente. Na Região Norte, além de ter a maior participação das pessoas com e sem deficiência e nível superior na força de trabalho, 64,8% e 86,1%, respectivamente, também foi a Região com menor disparidade entre os dois grupos com esse nível de instrução, com 21,3 p.p..

Taxa de participação das pessoas na força de trabalho, por existência de deficiência e nível de instrução, segundo as Grandes Regiões (%)

Grandes Regiões	Taxa de participação das pessoas na força de trabalho (%)														
	Total					Pessoa com deficiência					Pessoa sem deficiência				
	Total	Sem instrução e com fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Total	Sem instrução e com fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Total	Sem instrução e com fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo
Brasil	62,7	42,3	55,6	74,7	83,0	29,2	18,9	36,2	48,8	54,7	66,4	48,0	57,2	76,2	84,2
Norte	61,3	46,9	52,1	71,8	85,1	35,1	26,0	43,8	51,9	64,8	64,1	51,5	52,6	72,9	86,1
Nordeste	55,1	38,6	48,9	69,7	81,7	26,8	17,7	37,4	48,0	56,3	58,9	43,8	49,8	71,1	83,1
Sudeste	65,3	42,5	56,2	76,0	82,5	28,5	17,4	31,7	46,9	51,0	69,0	48,7	58,2	77,6	83,8
Sul	66,6	43,8	64,0	79,0	84,8	29,6	18,6	39,7	52,2	55,1	70,7	50,4	66,0	80,5	85,8
Centro-Oeste	68,3	49,8	62,1	78,2	83,7	35,7	24,4	42,1	53,1	61,6	71,9	56,1	63,7	79,7	84,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.
Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Características das pessoas com deficiências ocupadas

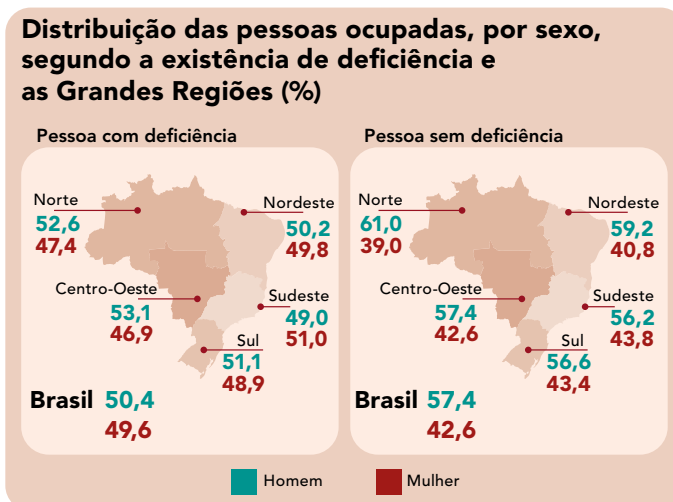
Ainda em relação à inserção das pessoas com deficiência na força de trabalho, analisou-se o perfil dessas que eram ocupadas segundo o sexo, a cor ou raça, o grupo de idade e nível de instrução, assim como as atividades de trabalho e posição na ocupação.

Cerca de 99,3 milhões de pessoas no Brasil estavam ocupadas em 2022, sendo que 4,7% dessas eram pessoas com deficiência. Em relação ao sexo, 42,6 milhões eram mulheres, das quais 2,3 milhões (5,4%) com deficiência. O contingente de homens ocupados foi de 56,7 milhões, sendo 4,1% desses, homens com deficiência.

A Região Sudeste foi a Grande Região com o maior contingente de pessoas com deficiência entre as pessoas ocupadas, com aproximadamente 1,8 milhão de pessoas. No entanto, a participação dessas pessoas sobre o total de ocupadas nessa Região representaram 4,0% – menor percentual entre as demais Regiões. As Regiões Norte e Nordeste foram as que tiveram as participações mais elevadas de pessoas com deficiência no total de ocupados, 5,8% e 5,7%, respectivamente.

Percebeu-se que a distribuição por sexo das pessoas com deficiência se deu de forma relativamente similar entre homens e mulheres. Enquanto, entre as pessoas sem deficiência, apresentou-se uma maior diferença, em pontos percentuais, entre homens ocupados

com mulheres ocupadas. No Brasil, a proporção de homens com deficiência ocupados foi de 50,4% e, de mulheres, 49,6%. Para as pessoas sem deficiência, esse percentual foi de 57,4% e 42,6%, respectivamente.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.
Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade.

A Região Centro-Oeste registrou o maior percentual em sua distribuição de homens com deficiência (53,1%), e a Região Sudeste obteve maior percentual de mulheres com deficiência ocupadas (51,0%).

O nível da ocupação é um indicador que sofre menos impacto em relação à sazonalidade da economia. Visto que ao considerar também as pessoas fora da força de trabalho no seu cálculo, suaviza os efeitos da dinâmica do mercado de trabalho. No Brasil, em 2022, o nível da ocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade foi de 57,2%, porém entre as pessoas com deficiência este nível foi menos da metade, 26,6%, enquanto das pessoas sem deficiência foi de 60,7%. A Região Sul apresentou a maior diferença no nível da ocupação segundo a existência de deficiência, na qual as pessoas com deficiência tiveram aproximadamente 40 p.p. a menos no nível da ocupação do que para as pessoas sem deficiência. A Região Norte foi onde tal diferença mostrou-se menor, registrando nível da ocupação das pessoas com deficiência de 32,7% e sem deficiência 58,8%, 26,1 p.p. de diferença.

Levando em consideração o nível da ocupação segundo o sexo, notou-se uma nítida diferença entre os níveis da ocupação das mulheres e dos homens, independentemente da condição de deficiência. Entretanto, a condição de deficiência acentua essa disparidade. O nível de ocupação dos homens com deficiência no Brasil foi de 32,7%, enquanto para os homens sem deficiência este indicador foi de 70,8%, uma diferença ao redor de 38 p.p.. Já entre as mulheres, a diferença do nível da ocupação em relação a existência de deficiência foi menor, 28,4 p.p., mas ainda numa amplitude significativa. O nível da ocupação das mulheres com deficiência foi de 22,4% e das sem deficiência, 50,8%.

É possível observar o nível da ocupação das pessoas com e sem deficiência segundo cor ou raça. Nota-se que, independentemente da cor ou raça, o nível da ocupação das pessoas sem deficiência foi consideravelmente superior ao das pessoas com deficiência, sendo que, entre as pessoas sem deficiência brancas (62,6%), foi 2,6 vezes superior ao das pessoas com deficiência brancas (24,4%). No resultado das Grandes Regiões, a distância desta diferença se manteve aproximadamente o dobro, e a maior discrepância foi observada na Região Sudeste, com o nível da ocupação das pessoas sem deficiência brancas (62,8%), sendo 2,7 vezes superior aos das pessoas com deficiência brancas (23,1%). No conjunto das pessoas com deficiência, a Região Centro-Oeste obteve o nível da ocupação mais elevado, 36,5% entre as pessoas pretas, 35,3% entre as pessoas pardas e 29,0% entre as brancas.

Ao analisar informações a respeito dos níveis da ocupação das pessoas com deficiência de acordo com o seu tipo de dificuldade funcional, notou-se que, no Brasil, as pessoas que tinham dificuldade para realizar cuidados pessoais apresentaram o menor nível da ocupação, 3,8%. Este fato ocorreu em todas as cinco Grandes Regiões, sendo que a Região Sudeste (3,2%) e a Região Norte (3,5%) foram as áreas com os registros mais baixos. O segundo tipo de dificuldade que apresentou baixo nível da ocupação entre as pessoas com deficiência foram as pessoas com dificuldade de se comunicar, para compreender e ser compreendido, com 10,1%. O maior nível de ocupação se deu entre aqueles com dificuldade para enxergar, mesmo usando óculos ou lentes de contato (30,9%).

Nível de ocupação das pessoas, por sexo e existência de deficiência, segundo as Grandes Regiões (%)

Grandes Regiões	Nível de ocupação (%)								
	Total			Pessoa com deficiência			Pessoa sem deficiência		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Brasil	57,2	67,6	47,5	26,6	32,7	22,4	60,7	70,8	50,8
Norte	56,2	68,7	44,0	32,7	39,5	27,5	58,8	71,4	46,1
Nordeste	48,5	59,6	38,4	23,7	29,2	20,0	51,8	63,0	41,2
Sudeste	59,6	69,4	50,6	26,0	32,0	22,0	63,0	72,5	54,0
Sul	63,1	72,2	54,3	27,3	32,5	23,4	67,1	76,0	58,2
Centro-Oeste	63,9	74,5	53,7	33,3	42,7	26,7	67,3	77,3	57,2









Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.
Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Nível de ocupação das pessoas, por cor ou raça e existência de deficiência, segundo as Grandes Regiões (%)

Grandes Regiões	Nível de ocupação (%)											
	Total				Pessoa com deficiência				Pessoa sem deficiência			
	Total	Branca	Preta	Parda	Total	Branca	Preta	Parda	Total	Branca	Preta	Parda
Brasil	57,2	58,9	58,6	55,3	26,6	24,4	31,2	27,4	60,7	62,6	61,8	58,5
Norte	56,2	56,7	60,4	55,6	32,7	29,2	34,2	33,3	58,8	59,7	63,8	58,0
Nordeste	48,5	49,2	51,4	47,5	23,7	21,9	26,9	23,7	51,8	53,0	54,7	50,6
Sudeste	59,6	59,2	61,9	59,5	26,0	23,1	33,8	27,4	63,0	62,8	64,7	62,8
Sul	63,1	63,2	63,7	62,7	27,3	27,0	31,9	27,5	67,1	67,2	67,7	66,9
Centro-Oeste	63,9	63,7	65,8	63,6	33,3	29,0	36,5	35,3	67,3	67,3	69,5	66,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.
Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Nível de ocupação das pessoas, por Grandes Regiões, segundo os tipos de dificuldades funcionais (%)

Tipos de dificuldades funcionais	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Dificuldade para enxergar, mesmo usando óculos ou lentes de contato 	30,9	35,3	27,5	31,0	32,2	37,5
Dificuldade para ouvir, mesmo usando aparelhos auditivos 	24,4	28,5	21,8	25,3	23,6	28,1
Dificuldade para andar ou subir degraus 	14,3	18,1	13,6	13,1	15,0	19,2
Dificuldade para levantar uma garrafa com dois litros de água da cintura até a altura dos olhos 	13,8	17,8	12,5	13,2	14,5	19,0
Dificuldade para pegar objetos pequenos ou abrir e fechar recipientes 	12,6	13,4	12,0	11,4	15,3	15,4
Dificuldade para aprender, lembrar-se das coisas ou se concentrar 	23,7	30,1	21,8	21,8	24,3	31,6
Dificuldade para realizar cuidados pessoais 	3,8	3,5	4,2	3,2	4,8	4,2
Dificuldade de se comunicar, para compreender e ser compreendido 	10,1	10,1	8,4	10,3	9,5	17,1

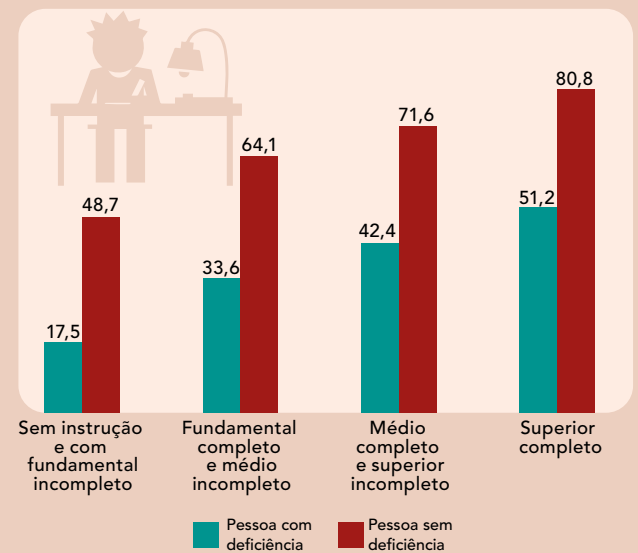
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.
Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Um indicador relevante para subsidiar análises quanto à inserção das pessoas no mercado de trabalho, dado a sua condição de deficiência, é a comparação entre aqueles com o mesmo nível de instrução, porém sem a condição de deficiência. Assim, ao avaliar o nível da ocupação por nível de instrução para pessoas de 25 anos ou mais de idade, notou-se que no Brasil, independentemente do nível de escolaridade, o nível de ocupação das pessoas com deficiência foi sempre inferior aos sem deficiência e, mais ainda, a disparidade entre os níveis da ocupação entre as pessoas com e sem deficiência foi nítida para o mesmo nível de instrução.

Tanto no nível dos sem instrução ou fundamental incompleto, quanto no nível superior, apresentaram as maiores discrepâncias entre os níveis da ocupação entre as pessoas com e sem deficiência. O nível de instrução que teve a maior diferença entre os grupos corresponde ao das pessoas sem instrução e ensino fundamental incompleto, visto que as pessoas com deficiência registraram o nível da ocupação de 17,5% e as pessoas sem deficiência, 48,7%. As pessoas com deficiência e com nível superior completo tiveram o nível de ocupação de 51,2%, enquanto o das pessoas sem deficiência foi de 80,8%. Outro ponto a se destacar é que, mesmo quando tinha nível de instrução mais elevado, as pessoas com deficiência ainda mantinham um nível da ocupação muito abaixo das pessoas sem deficiência, ou seja, a escolarização não foi suficiente para equilibrar a sua situação em relação às pessoas sem deficiência no mercado de trabalho.

Analisar a posição na ocupação, segundo a condição de deficiência, é outro indicador que pode reforçar as disparidades da inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Nível de ocupação das pessoas, por existência de deficiência, segundo o nível de instrução (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.
Nota: Pessoas de 25 anos ou mais de idade.

Percebeu-se que o maior percentual (42,4%) dos homens ocupados de 14 anos ou mais de idade com deficiência eram empregados no setor privado (excluindo os trabalhadores domésticos) e, como conta própria, foi de 41,9%. Nesta última posição, nota-se que a participação dos homens com deficiência foi muito superior ao dos homens sem deficiência, que somente 29,0% estavam ocupados como conta própria. No setor público, a diferença da partici-

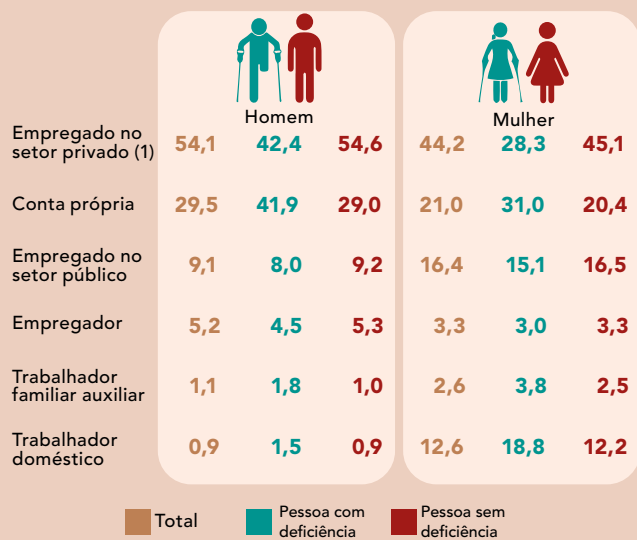
pação de homens com deficiência e sem deficiência foi menor, 8,0% e 9,2%, respectivamente. Entre as mulheres (44,2%), a participação no setor privado já foi inferior à dos homens (54,1%), independentemente da existência de deficiência, contudo ao considerar mais um fator interseccional de discriminação no mercado de trabalho, a participação das mulheres com deficiência neste setor foi de menos de 30%, enquanto a das mulheres sem deficiência registrou cerca de 45%. A participação das mulheres com deficiência como conta própria foi de 31,0% e das mulheres sem deficiência foi de 20,4%. Assim, nota-se que a ocupação como conta própria é significativa na vida dos trabalhadores com deficiência, o que contribui, de certa forma, para o aumento da informalidade. Uma informação interessante é que a participação das mulheres com deficiência no trabalho doméstico foi de 18,8%, cujo percentual esteve acima das mulheres sem deficiência, 12,2%.

de 16 p.p.. A informalidade, em termos espaciais, seguiu sendo preponderante nas Regiões Norte (55,4%) e Nordeste (52,2%), agravada para as pessoas com deficiência nessas Regiões: 69,1% e 65,0%, respectivamente. Por outro lado, as Regiões Sudeste e Sul, para as pessoas com deficiência, apresentaram proporções de, respectivamente, 48,7% e 46,3%, enquanto na Região Centro-Oeste, 49,3%.

A diferença da taxa de informalidade entre as mulheres com (54,5%) e sem (36,9%) deficiência foi de 17,6 p.p. Considerando o grupo de idade, as pessoas com deficiência e idosas registraram uma taxa de informalidade de 70,8%, ao passo que as pessoas sem deficiência de mesma faixa de idade o percentual foi de 52,9%.

As pessoas com deficiência independentemente de sua cor ou raça também apresentaram taxa de informalidade superior à das pessoas sem deficiência. A maior diferença ocorreu entre as pessoas brancas, em torno de 17%, visto que a taxa de informalidade das pessoas sem deficiência brancas (32,7%) foi mais baixa que a média do País (39,4%). As pessoas com deficiência pardas ou pretas apresentaram uma elevada taxa de informalidade, com 59,8% e 54,8%, respectivamente.

Distribuição das pessoas ocupadas, por existência de deficiência, segundo o sexo e a posição na ocupação (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

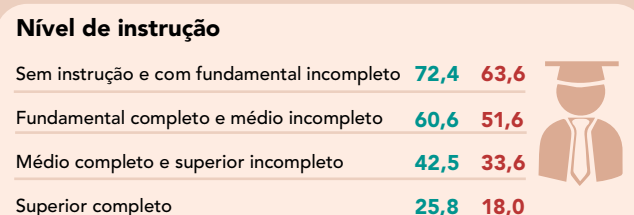
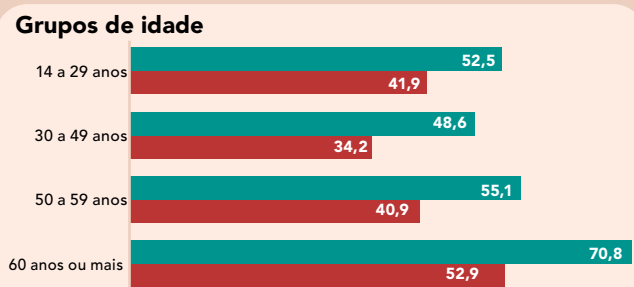
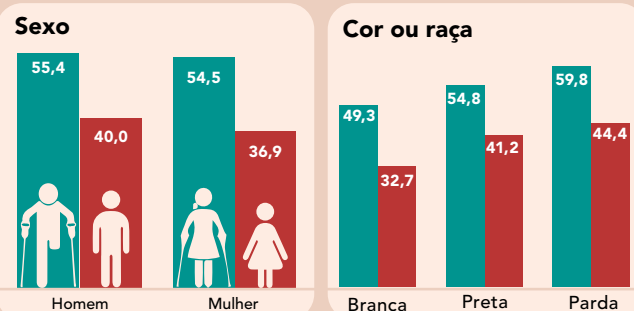
Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência.

(1) Exclui trabalhador doméstico.

Um importante indicador que expressa a situação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho é a taxa de informalidade.

São consideradas ocupações informais as pessoas como “empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada”, “trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada”, “empregador sem CNPJ”, “conta própria sem CNPJ” e “trabalhador familiar auxiliar” no trabalho principal. O mercado de trabalho brasileiro já é característico por conter uma parte expressiva de seus trabalhadores na informalidade. Todavia, para as pessoas com deficiência, o aspecto informal das ocupações é ainda mais significativo, visto que para as pessoas com deficiência esta taxa atingiu a 55,0% em 2022, enquanto as pessoas sem deficiência tiveram o percentual de 38,7%, uma diferença de cerca

Taxa de informalidade das pessoas ocupadas, por existência de deficiência, segundo o sexo, a cor ou raça, os grupos de idade e o nível de instrução (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência.

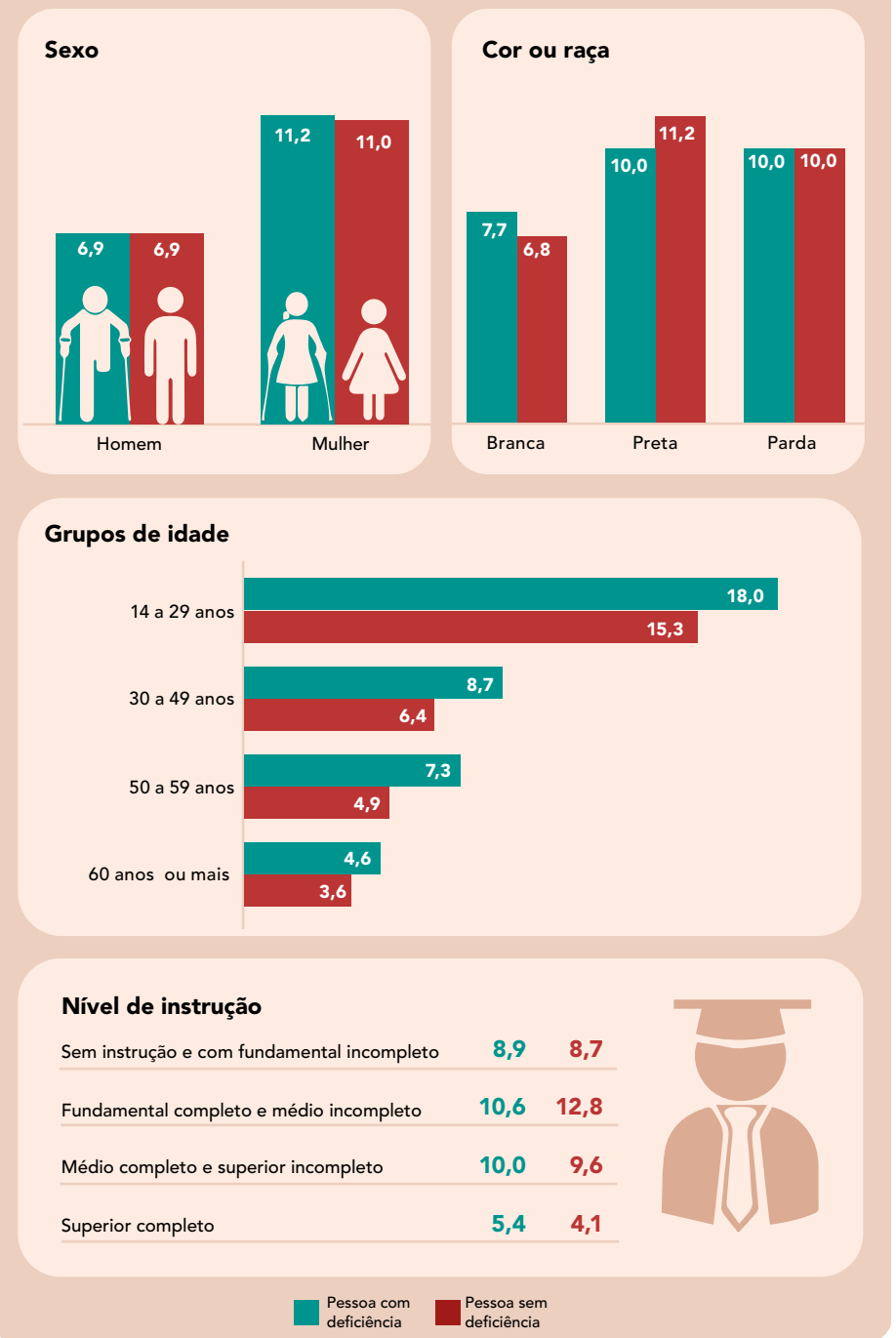
Os dados da taxa de informalidade quanto ao nível de instrução demonstram que a baixa escolaridade é um fator preponderante para excluir as pessoas do mercado formal, mesmo para a população sem deficiência. Quando se avaliam as pessoas com maior nível de instrução, observa-se que a taxa de informalidade não se dava na mesma proporção de acordo com a condição de deficiência. Para quem tem ensino médio completo ou superior incompleto e era uma pessoa com deficiência a taxa de informalidade foi de 42,5%, porém para as pessoas com o mesmo nível de escolaridade, mas sem deficiência a taxa caiu para 33,6%. O mesmo ocorre no grupo das pessoas com ensino superior completo: as pessoas com deficiência registraram taxa de informalidade de 25,8%, à medida que 18,0% das pessoas sem deficiência e graduadas estavam na mesma condição.

Características das pessoas com deficiências desocupadas

A taxa de desocupação no País, em 2022, foi de 8,7%. Para as pessoas com deficiência este percentual foi um pouco maior, 9,1%, enquanto para as pessoas sem deficiência foi igual à média nacional. No que tange ao sexo, não foram observadas diferenças relevantes ao comparar pela condição de deficiência. Entretanto, em relação a cor ou raça, apenas as pessoas pardas não apresentaram distinção em relação à existência de deficiência, visto que o resultado da taxa de desocupação para pessoas com e sem deficiência foi de 10,0%. Para pessoas com deficiência brancas, a taxa de desocupação foi de 7,7% e as sem deficiência de 6,8%, enquanto as pessoas com deficiência pretas registraram taxa de desocupação de 10,0% e para as sem deficiência o resultado foi de 11,2%.

Em relação aos grupos de idade, as pessoas com deficiência tiveram, em média, 2 p.p. a mais na taxa de desocupação que as pessoas sem deficiência da faixa de idade correspondente.

Taxa de desocupação das pessoas, por existência de deficiência, segundo o sexo, a cor ou raça, os grupos de idade e o nível de instrução (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência.

Entre as pessoas sem instrução e com ensino fundamental incompleto e as com ensino médio completo e superior incompleto, não houve muita diferença na taxa de desocupação. A maior diferença na taxa de desocupação entre pessoas com e sem deficiência foi para fundamental completo e médio incompleto, 2,2 p.p.. Pessoas com deficiência com nível superior registraram uma taxa de desocupação de 5,4%, enquanto as pessoas sem deficiência, 4,1%.

Rendimento do trabalho das pessoas com deficiência

O rendimento médio real habitualmente recebido por mês relativo ao trabalho principal foi de R\$ 2 652, no Brasil, todavia para as pessoas com deficiência o rendimento era equivalente a 70% do resultado do Brasil, R\$1 860 e enquanto o rendimento do trabalho principal das pessoas sem deficiência era de R\$ 2 690, sendo 1,4% acima da média nacional. Considerando a existência de deficiência e o sexo das pessoas, os homens com deficiência, cujo rendimento médio mensal do trabalho principal foi de R\$ 2 157, receberam cerca de 27% a menos que os homens sem deficiência. Essa diferença entre as mulheres com e sem deficiência foi mais acentuada, 34% a menos, visto que o rendimento médio mensal do trabalho principal das mulheres com deficiência foi de R\$ 1 553 e os das sem deficiência, R\$ 2 347.

Ao comparar os rendimentos dos homens com deficiência em relação ao das mulheres sem deficiência, observou-se uma diferença de, em média, R\$ 190. Todavia, ao comparar homens e mulheres com deficiência, a diferença de rendimento foi ainda maior, ao redor de R\$ 604. Portanto, as mulheres com deficiência correspondem a um grupo em maior desvantagem por acumular marcadores de desigualdades.

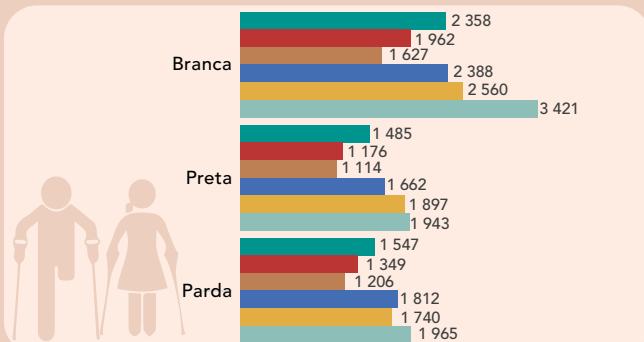
Ao realizar o recorte por cor ou raça, o padrão de que o rendimento das pessoas brancas é maior do que o de pessoas pretas ou pardas também se reproduz no grupo das pessoas com deficiência. As pessoas com deficiência pretas tiveram rendimento médio mensal do trabalho principal 37,0% abaixo do rendimento das pessoas com deficiência brancas, valores de R\$ 1 485 e R\$ 2 358, respectivamente. Comparando os rendimentos do trabalho principal entre as pessoas com deficiência pardas e brancas, observou-se que as de cor parda, cujo rendimento foi de R\$ 1 547, receberam 34,4% a menos que as de cor branca.

Contraopondo diretamente as pessoas com e sem deficiência, de acordo com a sua cor ou raça, também foi registrado desigualdades entre os valores obtidos provenientes do rendimento

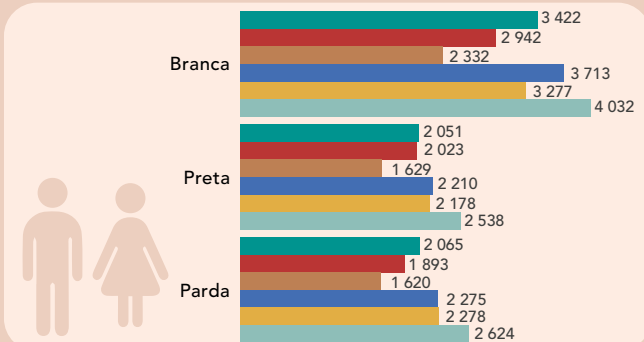
do trabalho principal. Pessoas sem deficiência brancas tiveram o rendimento real médio mensal do trabalho principal de R\$ 3 422 e, as com deficiência, R\$ 2 358, ou seja, 31,1% a menos. Entre as pessoas pretas, as com deficiência registraram rendimento do trabalho principal 27,6% a menos que os que não tinham deficiência. Já entre os pardos esta diferença foi de 25,1%.

Rendimento médio real do trabalho principal, por Grandes Regiões, segundo a existência de deficiência e a cor ou raça (R\$)

Pessoa com deficiência



Pessoa sem deficiência



■ Brasil ■ Norte ■ Nordeste ■ Sudeste ■ Sul ■ Centro-Oeste

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Nota: Rendimento habitualmente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Rendimento médio real mensal do trabalho principal, por sexo e existência de deficiência, segundo as Grandes Regiões (R\$)

Grandes Regiões	Rendimento médio real do trabalho principal (R\$)								
	Total			Pessoa com deficiência			Pessoa sem deficiência		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Brasil	2 652	2 909	2 305	1 860	2 157	1 553	2 690	2 941	2 347
Norte	2 082	2 166	1 946	1 437	1 457	1 413	2 120	2 203	1 984
Nordeste	1 776	1 875	1 631	1 297	1 442	1 146	1 805	1 897	1 667
Sudeste	2 983	3 322	2 550	2 060	2 414	1 719	3 021	3 355	2 590
Sul	2 988	3 356	2 502	2 327	2 795	1 818	3 018	3 379	2 536
Centro-Oeste	3 096	3 481	2 576	2 397	2 935	1 783	3 134	3 509	2 623

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Nota: Rendimento habitualmente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

No entanto, ao comparar os rendimentos das pessoas com deficiência brancas (R\$ 2 358), nota-se um valor superior ao das pessoas sem deficiência pretas (R\$ 2 051) ou parda (R\$ 2 065), ou seja, a existência de deficiência juntamente com a questão racial são indícios que contribuem para uma baixa remuneração.

Tanto no Brasil quanto em todas as Grandes Regiões, as pessoas com deficiência receberam rendimentos inferiores aos das pessoas sem deficiência. No Brasil, pessoas com deficiência e sem instrução ou aquelas com fundamental incompleto tiveram rendimento médio próximo ao valor do salário-mínimo vigente no período⁷, R\$ 1 253. Já as pessoas sem deficiência receberam 21,2% a mais que as pessoas com deficiência, R\$ 1 519. A Região Nordeste, além de ser a com o menor rendimento em ambos os grupos, R\$ 756 para as pessoas com deficiência e R\$ 971 para as pessoas sem deficiência, também foi a Região onde esta diferença foi mais intensa, 22,1%.

A conclusão do ensino superior é fator essencial para o crescimento do rendimento do brasileiro. Pessoas com nível superior ganharam em média 2,5 vezes mais do que tinha ensino médio completo ou superior incompleto, para as pessoas com deficiência esta relação também ocorreu (2,3 vezes). Todavia, comparadas as pessoas com e sem deficiência com a mesma escolaridade, percebeu-se que a existência de deficiência refletiu negativamente na remuneração das pessoas, à medida que o rendimento das pessoas com deficiência foi um pouco mais de 20% abaixo. Na Região Sul, foi onde esta diferença entre rendimentos era menor (8,3%): as pessoas com deficiência com nível superior completo receberam \$ 4 792, enquanto as sem deficiência receberam R\$ 5 223.

Outra forma de identificar a desigualdade de remuneração do trabalho entre pessoas com e sem deficiência, é avaliar a remuneração desses dois grupos segundo o grupamento de atividade em que eram ocupadas. Nota-se que independentemente do grupamento de atividade, o rendimento médio mensal do trabalho principal das pessoas com deficiência foi menor do que das pessoas sem deficiência. A atividade de *Transporte, armazenagem e correio* obteve a menor diferença de rendimento conforme a existência de deficiência, 10,5%, com as pessoas com deficiência recebendo em média R\$ 2 341 e as sem deficiência, R\$ 2 615. O setor de *Serviço doméstico*, com a menor remuneração no País, R\$ 1 045, registrou uma diferença de 12,6% entre os salários das pessoas com deficiência, R\$ 923 em contraponto a das pessoas sem deficiência, R\$ 1 056.

Em setores com maiores rendimentos no Brasil, como *Informação e comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas* (R\$ 3 942) e *Administração pública, defesa, segurança social, Educação e Saúde humana e serviços sociais* (R\$ 3 795), as disparidades no rendimento entre as pessoas com e sem deficiência estiveram próximas a 30%. As pessoas com deficiência do setor de *informação e comunicação* alcançaram remuneração de R\$ 2 817, enquanto a do outro grupo, R\$ 3 981. Já para as pessoas com deficiência ocupadas na atividade de *Administração pública, defesa e segurança social* o salário obtido foi de R\$ 2 787 e das pessoas sem deficiência R\$ 3 836.

Rendimento médio real do trabalho principal, por Grandes Regiões e nível de instrução, segundo a existência de deficiência (R\$)

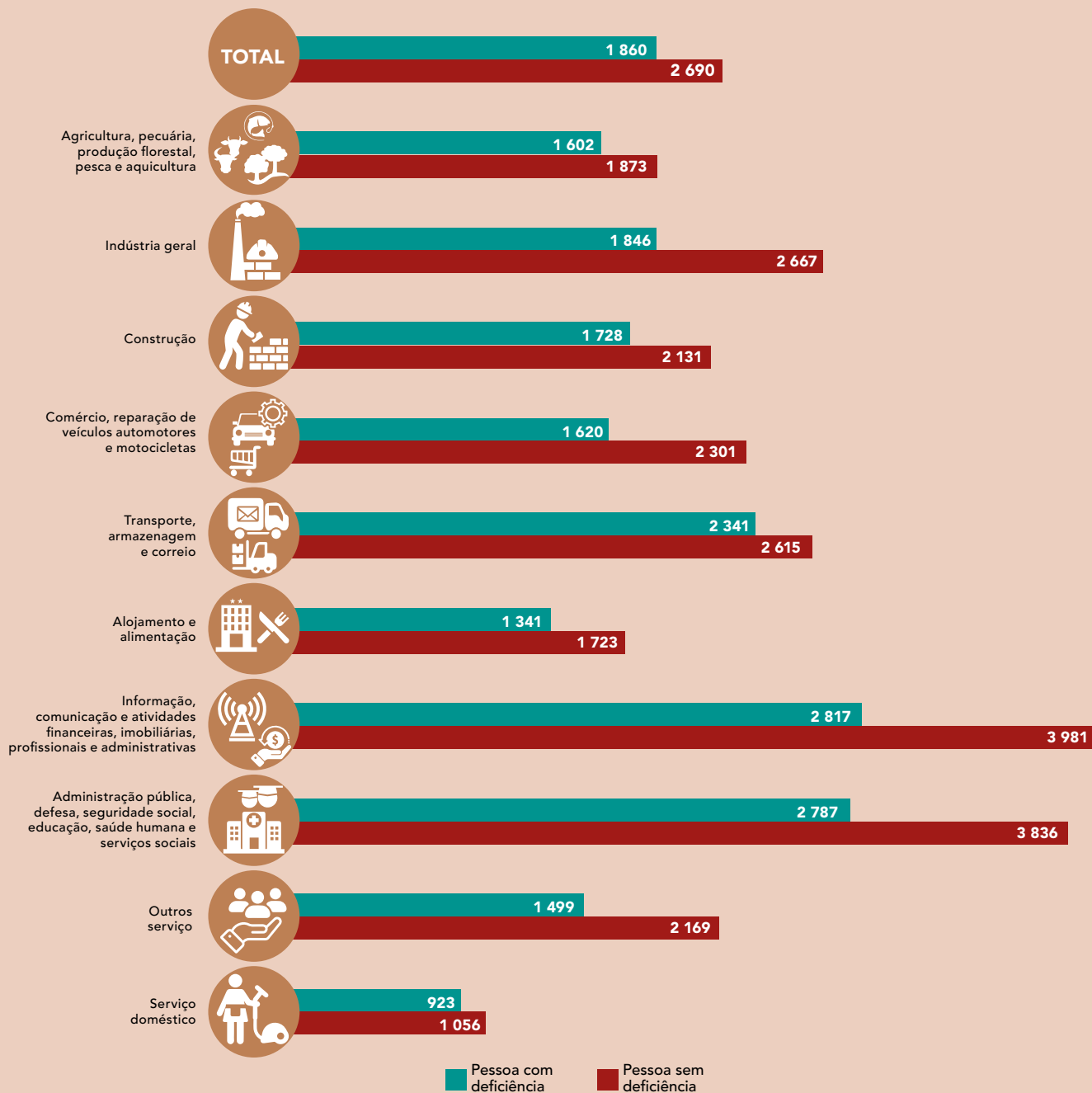
Existência de deficiência	Nível de instrução	Rendimento médio real do trabalho principal (R\$)					
		Brasil	Grandes Regiões				
			Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	Total	2 652	2 082	1 776	2 983	2 988	3 096
	Sem instrução e com fundamental incompleto	1 496	1 270	952	1 653	2 110	1 935
	Fundamental completo e médio incompleto	1 698	1 338	1 164	1 787	2 114	2 002
	Médio completo e superior incompleto	2 115	1 777	1 579	2 242	2 507	2 395
	Superior completo	5 307	4 421	4 074	5 741	5 214	5 963
Pessoa com deficiência	Total	1 860	1 437	1 297	2 060	2 327	2 397
	Sem instrução e com fundamental incompleto	1 253	1 077	756	1 380	1 878	1 672
	Fundamental completo e médio incompleto	1 381	1 308	1 059	1 374	1 860	1 501
	Médio completo e superior incompleto	1 846	1 426	1 426	1 982	2 198	2 290
	Superior completo	4 218	3 134	3 402	4 393	4 792	5 250
Pessoa sem deficiência	Total	2 690	2 120	1 805	3 021	3 018	3 134
	Sem instrução e com fundamental incompleto	1 519	1 291	971	1 677	2 131	1 963
	Fundamental completo e médio incompleto	1 714	1 340	1 170	1 806	2 126	2 028
	Médio completo e superior incompleto	2 125	1 792	1 586	2 251	2 517	2 399
	Superior completo	5 337	4 465	4 099	5 774	5 223	5 988

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Nota: Rendimento habitualmente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

⁷ Em 2022, o salário-mínimo nacional era de R\$1 212 reais.

Rendimento médio real mensal do trabalho principal, por existência de deficiência, segundo o grupamento de atividades no trabalho principal (R\$)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.
 Nota: Rendimento habitualmente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Expediente

Elaboração do texto
 Diretoria de Pesquisas,
 Coordenação de Pesquisas
 por Amostra de Domicílios e
 Grupo de Trabalho Pessoas com
 Deficiência

Normalização textual
 Centro de Documentação e
 Disseminação de Informações,
 Gerência de Sistematização de
 Conteúdos Informativos

Projeto gráfico
 Centro de Documentação e
 Disseminação de Informações,
 Gerência de Editoração

Imagens fotográficas
 Freepik
 Pixabay

Impressão
 Centro de Documentação e
 Disseminação de Informações,
 Gráfica Digital

Se o assunto é Brasil,
 procure o IBGE.

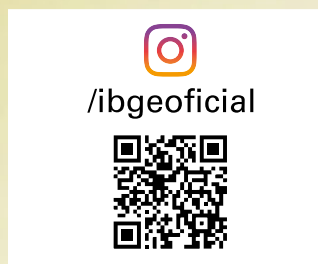
[/ibgeoficial](#) [/ibgeoficial](#) [@ibgeoficial](#)
[/ibgecomunica](#) [/ibgeoficial](#)

www.ibge.gov.br 0800 721 8181



Saiba mais sobre
 a pesquisa

SIGA O IBGE NAS REDES SOCIAIS E CONHEÇA MAIS SOBRE O BRASIL



APONTE SUA CÂMERA PARA OS QR CODES,
ACESSE, USE E COMPARTILHE